

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 088/089

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE JUNHO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 017ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
25 DE JUNHO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Nelson Tureck.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1776

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2 discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) NELSON TURECK

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 082/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o dispositivo que especifica da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná). **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado, por unanimidade, artigo por artigo.**

Para declaração de voto, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

O projeto de autoria do nobre deputado, Hermas Brandão veio em boa hora, e sem dúvida alguma, faz justiça à classe de nossa Polícia Civil do Estado do Paraná.

Tive eu o privilégio e a honra de ser o relator desse projeto na CCJ que cuidou de disciplinar a sua norma constitucional.

No artigo 40, parágrafo 4º fala (**Lê**):

§ 4º - É vedado a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.”

Não resta dúvida que tal norma é de eficácia contida, porque pendente de lei complementar que a regulamente. Todavia, no caso específico dos policiais civis, essa lei já existe, ou seja, a Lei Complementar Federal nº 51/85, que trata da aposentadoria especial.

Restaria dúvida quanto a saber se a atividade policial civil se enquadraria como risco à saúde e à integridade física. A resposta encontraremos no artigo 40 da Lei Complementar Estadual nº 89/2001 que alterou parcialmente a Lei Complementar nº 14/82 (Estatuto da Polícia Civil), onde estabelece que:

“A função policial civil é considerada perigosa, com prejuízo à saúde, à integridade física e de natureza eminentemente técnica especializada, para todos os efeitos legais”.

O referido estatuto, estabelece ainda, no seu artigo 176:

“O servidor policial civil será aposentado:

...

II - a pedido, depois de 35 anos de serviço;

...

§ 2º Na forma da legislação federal competente, atendendo à natureza especial do serviço, poderá ocorrer a redução dos limites para a aposentadoria, estabelecidos nos itens II e III, deste artigo.”

Tal lei federal já existe - Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985 - que em seu artigo 1º, assim dispõe:

“O funcionário policial será aposentado:

I - Voluntariamente, com proventos integrais, após 30 (trinta) anos de serviço, desde que conte, pelo menos 20 (vinte) anos de serviço em cargo de natureza estritamente policial”.

As carreiras policiais estão definidas e sistematicamente dos citados dispositivos legais, há que se reconhecer de pleno direito a vigência da aposentadoria especial dos policiais civis, nos moldes estatuídos na Lei Complementar nº 51/85, esta sem sombra de dúvidas, recepcionada pela nova ordem constitucional, salvo quando estabelece como requisito de aposentadoria o tempo de serviço, o que conflita com a reforma previdenciária implementada pela Emenda Constitucional nº 20/98, que estabelece, nessa matéria, não mais tempo de serviço e sim “tempo de contribuição”.

Há que se ressaltar que o Projeto do nobre deputado Hermas Brandão, no seu texto, segue a norma contida na Lei Complementar Federal nº 51/85, apenas adaptando-a à Emenda Constitucional nº 20/98, quando substitui a expressão “tempo de serviço” por “tempo de contribuição”. (Anexo I - cópia da Lc 51/85).

A alteração é pertinente, em que pese vários Estados da federação, bem como a própria União reconhecer a vigência e a aplicabilidade da Lei Complementar Federal nº 51/85 nos seus exatos termos, entendimento seguido pela Procuradoria Geral do Estado do Paraná e Secretaria de Estado da Administração. Quanto a esta, importante transcrever a conclusão dada no Parecer contido no Of. nº 1.156/2000 GB de 14 de agosto de 2000, assinado pelo Dr. Ricardo Augusto Cunha Smitink, atual secretário de Estado da Administração e atual diretor de Assuntos Previdenciários da ParanaPrevidência:

“Em nosso entendimento, a Lei Complementar nº 51/85 (dispõe sobre aposentadoria de funcionário policial) foi recepcionada, em face do disposto no § 4º do artigo 40 da CF/88 (Emenda Constitucional nº 20/98), sobretudo pelo que dispõe a segunda parte deste parágrafo, assim redigido: “(...) ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar”.

Afora isto, o artigo 40, parágrafo 4º, da CF/88 trata de aposentadoria especial, conferida àqueles que desempenham suas atribuições em atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física do servidor.

(Anexo 2 - cópia do Parecer na íntegra)

No mesmo sentido é o entendimento do Judiciário Paranaense que se manifestou na Ação Declaratória nº 37.510 em que reconhece a relação jurídica entre o que estabelece a Lei Complementar nº 51/85 e as Carreiras de Delegado de Polícia, conforme dispõe:

“Se a aposentadoria especial é concedida em face da natureza da função policial e esta, efetiva ou potencialmente, está sujeita a risco, não há como negar que a lei complementar em comento é compatível com a Constituição Federal...”

Ante o exposto, julgo **procedente** a presente ação para o fim de declarar a existência de relação jurídica entre a autora e os requeridos, por força da qual se aplicam aos associados da requerente que satisfaçam as regras de aposentadoria especial veiculadas pela Lei 51/85, recepcionadas pelo novo ordenamento constitucional.” (Anexo 3 - cópia da sentença na íntegra).

O acima transcrito deixa claro o entendimento do Judiciário paranaense de que a Lei Complementar Federal nº 51/85 foi “recepcionada pelo novo ordenamento constitucional”. Não bastasse a manifestação da União, manifestado através da Secretaria Especial para Assuntos de Previdência, ao estabelecer na Portaria MPAS 4992, de 05 de fevereiro de 1999, que dispõe, em seu artigo 16, § 2º: “Fica vedado a concessão de aposentadoria especial até que lei complementar federal disponha sobre o tema, com exceção da aposentadoria especial prevista na Lei Complementar nº 51 de 20 de dezembro de 1985, recepcionada pela Emenda Constitucional nº 20 de 16 de dezembro de 1998”. (Anexo 4 - cópia da Portaria na íntegra).

Não resta a menor dúvida que a iniciativa do nobre deputado Hermas Brandão, quando cuida de suprir lacuna ou omissão do Executivo acerca de matéria de tão alta relevância, era mais que necessária, era de justiça para com a classe dos policiais civis, atentando para o que dispõe a reforma previdenciária estatuída pela Emenda Constitucional nº 20/98. Pelo que não é de se entender que o presente projeto de lei possa ferir a Constituição Estadual, naquilo que se refere à iniciativa de lei, desde que pretende o mesmo tão somente adaptar o artigo 176 da Lei Complementar nº 14/82 às novas nor-

mas constitucionais já referidas. Inclusive atualizando o diploma legal que, editado em época na qual o exercício da atividade policial era um monopólio masculino, não incluindo em suas disposições as condições distintas para a aposentadoria da mulher, reconhecida na Constituição de 88, procurou-se seguir o modelo constitucional mantendo-se a igualdade entre os sexos no limite da aposentadoria compulsória.

Esse relator, que há mais de 30 anos convive no dia-a-dia com os policiais civis, conhece pela prática o quanto a “função do policial civil é perigosa, com prejuízo à saúde e integridade física”, como tem conhecimento das muitas injustiça governamentais cometidas, ao longo dos anos, contra a classe policial. Nesse sentido, vale lembrar, foi que apresentamos diversas emendas ao projeto que resultou na Lei Complementar Estadual nº 89/2001 e entre as aprovadas, a que consagrou o artigo 40, que embasa o presente projeto. Pelo que não poderia ser outro o pensamento deste relator, após buscar os elementos legais que nortearam os estudos relativos à elaboração deste parecer, se não o de entender que se está corrigindo a falta daqueles que deixaram de disciplinar esta matéria.

Por tudo isso e muito mais, é que este relator dá a este projeto de lei complementar o seu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator”

Por esta razão, estamos nos congratulando com V. Exa. pela tomada de iniciativa. Congratulando também com os deputados da CCJ, que entenderam o embasamento jurídico que demos a este parecer, não deixando qualquer possibilidade, qualquer margem de dúvida quanto à sua legalidade, à sua constitucionalidade.

Por isso, peço a todos a votação favorável a este projeto de lei. Nessa minha declaração de voto, reconhecendo o seu esforço e a compreensão deste Plenário na aprovação de tão importante matéria, que vem ao encontro de velhas aspirações dos policiais civis do Estado do Paraná.

Era o que eu queria dizer e, mais uma vez, cumpri-me por essa iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que concede desconto de 50% (cinquenta por cento) em eventos culturais artísticos para doadores de sangue. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETOS DE LEI NºS 309/2001 E 395/2001

P A R E C E R :

Os presente Projetos de Lei nºs 309/2001 e 395/2001, de autoria dos deputados Luiz Carlos Martins e Ademir Bier, respectivamente, apresentam como objetivo comum o desconto de 50% nos ingressos em eventos artísticos e culturais para os doadores de sangue.

Em função da similaridade dos objetos, os referidos projetos de lei foram anexados, conforme consta em requerimento apresentado em plenário pelo deputado Ademir Bier.

Com o objetivo de adequar as propostas apresentadas, esta relatoria resolve apresentar o substitutivo geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETOS DE LEI NºS 309/2001 E 395/2001 SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a instituir a meia entrada para doadores regulares de sangue em todos os locais públicos de cultura, em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei, considerar-se-á como casa de diversões os estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, feiras, exposições zoológicas, pontos turísticos, estádios, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento.

Art. 2º - A meia entrada corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso cobrado, sem restrição de data de horário.

Art. 3º - Para efeitos desta lei, são considerados doadores regulares de sangue as pessoas registradas no hemocentro e nos bancos de sangue dos hospitais do Estado, identificados por documento oficial expedido pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 309/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo conceder desconto de 50%, em eventos culturais artísticos para doadores de sangue.

Chamada esta Comissão a se manifestar, foi constatado que o projeto em tela, apesar de ser revestido de elevado teor social, necessita de emenda modificativa para melhor adequação, sendo transformado em matéria autorizatória, merecendo a mesma a deliberação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, na forma da emenda em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 309/2001
EMENDA MODIFICATIVA

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 309/2001 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder desconto de 50% em eventos culturais artísticos para doadores de sangue”.

Sala das Comissões, em 16.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

Apoio: Marcos Isfer e Serafina Carrilho.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETOS DE LEI NºS 309/2001 E 395/2001

P A R E C E R :

Os projetos de lei em exame, de autoria dos deputados Luiz Carlos Martins e Ademir Bier, respectivamente, concedem desconto de 50% (cinquenta por cento) em eventos culturais artísticos para doadores de sangue.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável com substitutivo geral da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada esta Comissão a opinar, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, entende este relator que deve seguir o posicionamento da Comissão de Constituição e Justiça, emitindo o parecer favorável na forma do Substitutivo Geral apresentado.

Assim sendo, entendemos que o projeto em análise, está apto a seguir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, pelo que é o nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETOS DE LEI NºS 309/2001 E 395/2001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Luiz Carlos Martins e Ademir Bier (respectivamente), os projetos de lei em pauta concedem desconto de 50% (cinquenta por cento) em eventos culturais artísticos para doadores de sangue.

Os projetos de lei em pauta já receberam pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças desta Casa de Leis. Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a matéria, somos de parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que regulamenta a fiscalização, fabrico, comércio, transporte, depósito e uso de fogos de artifício no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP E CAIC. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 530/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Seção I

Da Instalação e Funcionamento das Indústrias

Art. 1º - As fábricas de fogos de artifício só poderão funcionar mediante licença anual, após preenchimento dos seguintes requisitos:

I - apresentação de Título de Registro (TR), expedido pelo Ministério do Exército;

II - certificado de vistoria do Corpo de Bombeiros, Brigada de Incêndio Municipal ou laudo técnico de empresa do ramo de segurança no Trabalho com qualificação específica para ministrar cursos de Prevenção, Combate a Incêndios e Primeiros Socorros, bem como para desenvolver projetos nesta área;

III - vistoria da Secretaria da Segurança Pública, através da Delegacia de Explosivos, Armas e Munições - Deam - ou, por ato delegatório, vistoria da Subdivisão Policial ou Delegacia Regional da área de atuação na qual a empresa se instale.

Art. 2º - É proibida a fabricação de fogos de artifício em locais não autorizados. A instalação das fábricas só será permitida nas zonas rurais, ficando estas sujeitas à legislação em vigor, tendo em vista o disposto no Capítulo I, do Título V do Decreto Federal nº 2998, de 23 de março de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 3665, de 20 de novembro de 2000, (R-105).

Art. 3º - Os projetos de instalação das fábricas de fogos de artifício dependem de aprovação das autoridades competentes, nos quais serão observadas as distâncias constantes do anexo XV daquele Decreto, entre depósitos de explosivos e construções habitadas, rodovias e ferrovias.

Art. 4º - Estão sujeitos à fiscalização e controle, desde a fase de fabricação:

I - as chamadas “espoletas de riscar”;

II - os estopins para uso pirotécnico;

III - todos os tipos de pólvora;

IV - qualquer produto químico controlado destinado à fabricação de fogos de um modo geral.

Art. 5º - Os fabricantes de fogos de artifício estão obrigados a manter um livro de escrituração de estoque dos produtos químicos básicos, onde lançarão diariamente, as compras e o consumo de material, enviando ao Ministério do Exército ou a seus órgãos e a Deam, mapas trimestrais resumidos, constando as entradas, saídas, saldos existentes e nome dos fornecedores.

Art. 6º - É proibida a venda de fogos de artifício a varejo nas instalações das respectivas fábricas.

Seção II **Classificação**

Art. 7º - Os fogos de artifício considerados permitidos classificam-se em:

I - classe A:

a) fogos de vista, sem estampido;

b) fogos de estampido que contenham até 20 (vinte) centigramas de pólvora, por peça; e

c) balões pirotécnicos.

II - Classe B:

a) fogos de estampidos que contenham até 25 (vinte e cinco) centigramas de pólvora, por peça;

b) foguetes com ou sem flecha, de apito ou de lágrimas, sem bomba; e

c) “pots-à-feu”, “morteirinhos de jardim”, “serpentes voadoras” e outros equiparáveis.

III - Classe C:

a) fogos de estampidos que contenham acima de 25 (vinte e cinco) centigramas de pólvora, por peça; e

b) foguete, com ou sem flecha, cujas bombas contenham até 6 (seis) gramas de pólvora, por peça;

IV - Classe D:

a) fogos de estampido, com mais de 2,50 (dois vírgula cinquenta) gramas de pólvora, por peça;

b) foguetes, com ou sem flecha, cujas bombas contenham mais de 6 (seis) gramas de pólvora;

c) baterias;

d) morteiros com tubos de ferro; e

e) demais fogos de artifício.

Seção III **Do Comércio**

Art. 8º - Nenhuma empresa poderá comercializar e/ou estocar fogos de artifício sem a prévia licença da Secretaria da Segurança Pública, através da Delegacia de Explosivos, Armas e Munições.

Parágrafo Único - Não será admitido comércio provisório de fogos de artifício no Estado do Paraná.

Subseção I **Do Comércio Varejista**

Art. 9º - Somente serão permitidas instalações para venda varejista de fogos de artifício nos seguintes locais:

I - lojas térreas ou garagens, sem pavimento superior;

II - lojas térreas ou garagens, com pavimento superior, com lajes divisórias de concreto simples, desde que não utilizados para residência;

III - lojas térreas ou garagens, com pavimentos superiores, utilizados para residência ou qualquer finalidade, desde que as lajes divisórias sejam exclusivamente de concreto armado;

Art. 10 - Nos casos do artigo anterior, somente poderão estar instaladas lojas, desde que distantes;

§ 1º - 50 (cinquenta) metros de:

I - cinemas, teatros, casas de espetáculos, estádios de futebol e praças de esportes.

II - igrejas e/ou locais destinados a encontros e reuniões de caráter religioso.

III - estabelecimentos de ensino de qualquer espécie;

§ 2º - 80 (oitenta) metros de:

I - hospitais, maternidades, pronto-socorros, clínicas e similares, excetuando-se aqueles locais onde não sejam feitas internações;

II - postos de combustíveis, inflamáveis, abastecimento de gás liquefeito de petróleo e similares.

III - edifícios públicos, quando o órgão ou entidade julgar necessário.

§ 3º - 200 (duzentos) metros de:

I - indústrias e depósitos de explosivos e seus acessórios, fogos de artifício, pólvoras de qualquer natureza, produtos químicos utilizados na fabricação de artificios pirotécnicos e produtos afins.

Art. 11 - As instalações elétricas deverão estar totalmente embutidas em conduites, em qualquer tipo de edificação destinada ao comércio de fogos de artifício.

Parágrafo Único - Não manter dentro dos estabelecimentos, fogões, fogareiros, aquecedores, velas acesas, bem como, quaisquer aparelhos que possam promover chamas e/ou faíscas.

Art. 12 - Na área de comercialização deverão ser colocados extintores de incêndio, de água pressurizada, espuma mecânica ou pó químico e um de CO₂, a critério do Corpo de Bombeiros. Manter ainda em local visível, placas alertas com os dizeres “Cuidado Explosivos” e “Não Fumar”, mínimo três de cada.

Parágrafo Único - Será admitido na área de vendas, pequena quantidade de fogos de artifício a título de mostruário, preferencialmente inertes. É proibido estocar e/ou comercializar fogos de artifício junto com pólvoras, armas, munições, materiais inflamáveis, combustíveis, alimentos de consumo humano ou animal e remédios.

Art. 13 - O local destinado a estoque de fogos de artifício - anexo às lojas - deverá ser construído em lavanderia ou concreto, com paredes bem acabadas, cobertura de laje de concreto simples ou telhas.

§ 1º - A metragem desse cômodo, não poderá ultrapassar 48 (quarenta e oito) metros cúbicos. Deverá possuir pelo menos 01 (uma) entrada, sendo com porta corta fogo em aço, com abertura para fora, janelas para ventilação cruzada com tela de aço malha 100 (cem) ou inferior, ou sistema de ventilação forçada. Este depósito deverá preencher as exigências do artigo 12 (doze) desta lei.

§ 2º - A estocagem do material não deverá ser feita diretamente no chão e/ou encostada em paredes e teto, sendo necessário, estrados de madeira para acondicionamento e isolamento.

§ 3º - O material estocado não poderá ocupar 2/3 (dois terços) da metragem cúbica desse depósito, ou seja, 32 (trinta e dois) metros cúbicos.

§ 4º - Os depósitos anexos às lojas já existentes, cujas medidas ultrapassem o prescrito no § 1º desta Lei, terão sua capacidade de estocagem limitada a 32 (trinta e dois) metros cúbicos.

Art. 14 - Caso seja conveniente, é facultado ao comerciante acondicionar seu estoque em container de carregamento marítimo, desde que este tenha sido previstoriado por empresa especializada, e pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, que expedirá uma licença específica, cujo container preencha as exigências do artigo 12 (doze) e 13 (treze), observando-se ainda o disposto no parágrafo único deste último.

Parágrafo Único - O estoque principal do comerciante, deverá ser mantido em zona rural, atendendo ao que preceituam os artigos 19 e seus parágrafos, e 20.

Art. 15 - Todas as lojas deverão ter pelo menos uma saída de emergência.

Art. 16 - Todas as lojas deverão ter pelo menos um funcionário formado em curso de prevenção e combate a incêndios e primeiros socorros.

Parágrafo Único - O certificado de curso de prevenção e combate a incêndios e primeiros socorros, terá

validade de dois anos. É obrigatória a reciclagem do curso após esse período.

Art. 17 - É proibido vender, fornecer ou entregar a menores de dezoito anos os fogos das classes “C” e “D”, observando-se o disposto no Estatuto da Criança e Adolescente, em seus artigos 81 e 244. Apenas os fogos das classes “A” e “B”, podem ser vendidos a quaisquer pessoas.

Subseção II

Do Comércio Atacadista

Art. 18 - Só será permitido o comércio atacadista para as empresas que possuírem autorização da Secretaria da Segurança Pública;

Parágrafo Único - A venda no atacado deverá ser feita por catálogo(s) e/ou produto(s) inerte(s), não sendo permitida a carga e descarga de fogos de artifício em zona urbana a título de pronta entrega.

Art. 19 - A empresa atacadista deverá manter seu estoque em depósito localizado em zona rural, devidamente licenciado pela Secretaria da Segurança Pública, em cuja área permita o afastamento mínimo de sessenta metros de rodovias, ferrovias, construções habitadas e de duzentos metros de indústrias de fogos e demais indústrias citadas no § 2º do artigo 10.

§ 1º - O depósito referido no *caput*, deverá ser construído de acordo com o prescrito nos Capítulos IV e V, do Título V do Decreto nº 3665 de 20 de novembro de 2000. As condições de armazenagem, deverão obedecer ao prescrito no Capítulo VI do Título V, daquele Decreto.

§ 2º - Deverão ser observadas as normas dispostas no artigo 12.

§ 3º - A metragem máxima permitida do depósito, será de 2.500 (dois mil e quinhentos) metros cúbicos por módulo, limitado o máximo a cinco módulos. Cada módulo deverá ser construído distante no mínimo 50 metros um do outro.

§ 4º - Não serão admitidos nos mesmos, estoques que ultrapassem 2/3 (dois terços) da metragem cúbica.

§ 5º - A empresa atacadista deverá ter veículo apropriado para o transporte dos fogos de artifício, devendo este ser licenciado pela autoridade competente.

Art. 20 - Para empresas atacadistas, deverá ser observado o disposto no artigo 16 *caput* e seu parágrafo único.

Seção IV

Da Queima e Uso

Art. 21 - A queima dos fogos, quanto à sua classificação, deverá obedecer a seguinte prescrição:

§ 1º - classe “A”, queima livre, exceto nas portas, janelas, terraços, etc., dando para a via pública.

§ 2º - classe “B”, queima proibida nos seguintes lugares:

I - portas, janelas, terraços, etc. dando para a via pública e na própria via pública; e

II - nas proximidades dos hospitais, estabelecimentos de ensino e outros locais determinados pela autoridade competente:

§ 3º - classes “C” e “D”, sua queima depende de licença da autoridade competente, com hora e local previamente designados, nos seguintes casos:

I - festa pública, seja qual for o local; e

II - dentro do perímetro urbano, seja qual for o objetivo.

Art. 22 - A queima dos fogos das classes “A” e “B”, quando feitas por crianças e adolescentes, deverá ter a supervisão e orientação de adultos.

Art. 23 - A queima deverá obedecer às especificações e normas de segurança constantes das embalagens.

Art. 24 - A queima de fogos de estampido, somente poderá ser feita no período das 7h às 22h, salvo os casos em que haja licença da autoridade competente.

Calibres (pol)	3.5	4	5	6	7	8	9	10	12	>12
Distâncias (m)	60	70	100	100	120	120	130	140	150	170

Parágrafo 2º - Para postos de combustíveis, inflamáveis e outros tipos de explosivos,

Calibres (pol)	3.5	4	5	6	7	8	9	10	12	>12
Distâncias (m)	100	100	140	140	150	170	180	200	200	240

§ 3º - Se no local da queima, houver barracas, quiosques, vegetação seca, balões inflamáveis de qualquer natureza, cujo gás utilizado seja inflamável ou explosivo, serão observadas as distâncias do § 2º.

§ 4º - As distâncias fixadas no § 1º poderão ser reduzidas em até 1/3 (um terço), se o show foi montado em local que conte com barreira natural ou anteparo construído especialmente para este fim, depois de vistoria efetuada pela Secretaria da Segurança Pública.

§ 5º - As distâncias fixadas no § 2º poderão ser reduzidas em até 1/3 (um terço) se no local do show, houver uma guarnição do Corpo de Bombeiros ou uma Brigada de Incêndio.

§ 6º - Em qualquer das hipóteses anteriores, deverá ser promovido o isolamento do local, que garantirá o afastamento dos espectadores, de modo a garantir-lhes segurança. Em caso contrário, o show não poderá ser realizado.

Seção V Do Transporte

Art. 25 - O transporte de fogos de artifício em todo o território estadual fica sujeito à autorização e expedição de licença da Secretaria de Segurança Pública e deverá obedecer ao prescrito no Capítulo XI do Título V do Decreto Federal nº 3665 de 20 de novembro de 2000.

Parágrafo Único - Nenhum veículo transportando fogos de artifício poderá trafegar no território do Estado do Paraná sem comunicação previa à Secretaria da Segurança Pública.

Seção VI Dos Shows Pirotécnicos

Art. 26 - Serão considerados shows ou espetáculos pirotécnicos, aqueles onde forem queimados fogos de artifício cujo calibre exceda a 3,5 (três e meia) polegadas, salvo quando realizados em propriedades particulares, observados os preceitos legais.

§ 1º - Deverão ser observadas as seguintes distâncias entre o local da queima e; espectadores, edificações e veículos:

as distâncias a serem observadas são as seguintes:

Art. 27 - Todos os espetáculos pirotécnicos, depois de montados, devem ficar em área isolada, quando possível, barricada e protegidos contra gases da natureza, como chuva e umidade.

Art. 28 - Em todo espetáculo pirotécnico é obrigatória a presença de “blaster” técnico em pirotecnia, o qual se responsabilizará civil e criminalmente pela queima, juntamente com as empresas na qual trabalhe.

Parágrafo Único - O contratante responderá solidariamente aos profissionais e empresas citados no *caput*.

Art. 29 - Fica proibida a utilização de tubos avulsos soltos, em montagem de shows em terra firme e locais pavimentados. Referidos artifícios, deverão ser fixados em grades de madeira ou ferro e estas por sua vez deverão estar fixadas ao solo, de forma a promover a estabilidade do conjunto e de cada componente individualmente.

Parágrafo Único - Admite-se a montagem do show em plataformas fixas ou móveis, especialmente desenvolvidas para a execução de espetáculos pirotécnicos.

Art. 30 - Após o término do espetáculo pirotécnico deverá ser realizada rigorosa vistoria no local num raio proporcional ao poder das bombas utilizadas, a fim de recolherem-se materiais eventualmente não deflagrados.

Parágrafo Único - A vistoria referida no *caput* deverá ser executada pelo Blaster Técnico em Pirotecnia, responsável pelo evento.

Art. 31 - É proibida a execução de show pirotécnico no território do Estado do Paraná, sem a expedição da devida licença, na capital e região metropolitana, pela Deam e nas demais cidades, pela autoridade policial local.

§ 1º - Os requerimentos solicitando a licença para a realização de show pirotécnico, deverão ser protocolizados com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência mínima, sob pena de indeferimento, ressalvando-se casos excepcionais que devidamente justificados, serão decididos pela autoridade policial competente.

§ 2º - É vedada a terceirização do show pirotécnico, por parte da empresa contratada, sem prévio requerimento justificativo firmado pelas partes, com firma reconhecida, o qual será submetido à apreciação da autoridade competente que poderá ou não deferi-lo, expedindo-se nova licença, mediante recolhimento da taxa de segurança pública, quando devida.

§ 3º - É obrigatória a comunicação por escrito, pelo contratado, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, ao Corpo de Bombeiros ou Brigada de Incêndio Municipal, notificando-os da data, local e horário do evento.

Seção VII

Da Carteira de Habilitação para Blaster Pirotécnico

Art. 32 - O credenciamento do “Blaster” Pirotécnico, será procedido exclusivamente pela Deam, mediante requerimento protocolizado junto àquela Delegacia, devendo o candidato instruí-lo com os seguintes documentos:

I - cópia autenticada do RG; CPF; certificado de curso especializado oferecido nas fábricas de fogos de artifício, associações legalmente constituídas e empresas com capacitação técnica, devidamente licenciada; comprovante de residência e vínculo empregatício;

II - uma fotografia 2x2 recente;

III - atestado de antecedentes criminais;

IV - original da carteira de habilitação vencida (em caso de renovação);

V - atestado de saúde ocupacional; e

VI - taxa de segurança pública.

§ 1º - Poderão ser credenciados “Blaster” Técnicos em Pirotecnia na categoria Autônoma, desde que preencham os requisitos previstos neste artigo e que estejam devidamente registrados junto às Prefeituras Municipais. Deverão instruir seus pedidos de credenciamento, juntando ao mesmo os documentos comprobatórios desta condição.

§ 2º - O “blaster” referido no parágrafo anterior, deverá possuir local apropriado para montagem do show e veículo para transporte do material. Serão aplicadas as normas dispostas na Seção III, Subseções I e II e na Seção V.

Art. 33 - O curso especializado referido no inciso I do artigo 32, terá validade de dois anos. É obrigatória sua reciclagem após este período.

Art. 34 - A validade da carteira de habilitação para “blaster” pirotécnico, será de um ano.

Seção VIII

Das Licenças

Art. 35 - A expedição de licença para funcionamento de indústrias, comércio, depósitos, uso e transporte de fogos de artifício, obedecerão aos seguintes critérios:

§ 1º - Os pedidos de licenças para o funcionamento de indústrias do ramo deverão preencher as exigências previstas no art. 1º, desta lei.

§ 2º - A autoridade policial da Deam, fará publicar as normas e documentação necessária para a obtenção de licença para fabricação, comércio, depósito, uso e transporte de fogos de artifício. As licenças terão validade até o dia 31 de dezembro do ano de fluência.

§ 3º - O prazo para renovação das licenças, expira em 31 de março do ano subsequente ao do vencimento.

Seção IX

Das Vistorias e Fiscalizações

Art. 36 - As vistorias e fiscalizações de indústrias, comércio e locais de espetáculos pirotécnicos são de responsabilidade da autoridade policial competente, e a critério desta, poderão ser executadas em conjunto com Associações legalmente constituídas, com base territorial no Estado do Paraná, desde que devidamente habilitadas.

Seção X

Das Proibições

Art. 37 - Não serão permitidos a confecção, comércio e utilização de fogos de artifício, senão aqueles citados no Decreto Lei Federal nº 4.238, de 08 de abril de 1942 e do Decreto Federal nº 2998, de 23 de março de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 3665, de 20 de novembro de 2000 (R-105).

Art. 38 - Fica proibida a manipulação, desmanche, ou qualquer outra alteração das características iniciais e originais de fabricação dos fogos de artifício, bem como a comercialização por unidade, salvo quando assim vier embalado pela venda a granel.

Art. 39 - É expressamente proibido fumar em instalações industriais, comerciais e em espetáculos pirotécnicos, sendo obrigatória a fixação de pelo menos 03 (três) placas legíveis, em locais visíveis, relativo a esta proibição.

Art. 40 - É proibida a fabricação e a comercialização de qualquer espécie de balão.

Art. 41 - Ficam proibidos em todo o território do Estado do Paraná, a fabricação, comércio, depósito, uso em trânsito, dos seguintes artigos:

I - diabinho maluco, busca-pés sem vareta e similares;

II - espanta coiós, arrasta-pés e similares, bolas metralhas confeccionados em cimento ou qualquer outro material, as quais contenham pólvora e outros produtos compostos com massa tóxica ou venenosa, principalmente à base de fósforo branco;

III - bombas de parede;

IV - trepas moleque com ou sem bombas;

V - fogos contendo nitroglicerina, sob qualquer forma, ou qualquer material explosivo ou inflamável capaz de, por si só, ou combinado com outros elementos, provocar autocombustão ou autodetonação;

VI - fogos importados, salvos os autorizados pelo Ministério do Exército e cujas embalagens tragam informações precisas, em língua portuguesa, acerca de sua origem, classe, efeitos, quantidade, composição química, prazos de validade, além de informes sobre riscos eventuais e instruções de uso, tudo conforme o previsto no artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

Parágrafo Único - Ficam também terminantemente proibidos:

I - fazer e alimentar fogueiras em ruas e demais logradouros públicos;

II - queimar bombas de riscar a menos de 20 (vinte) metros de pessoas, veículos, edificações, produtos químicos e explosivos;

III - atirar bombas do interior de veículos para as vias públicas;

IV - estocagem e comércio no estabelecimento de venda a varejo, de produtos de qualquer calibre, que contenham no total, mais de 20 (vinte) gramas de massa explosiva e os acima de 3 (três) polegadas com qualquer outro efeito.

Subseção I

Das Penas

Art. 42 - A inobservância de quaisquer dos princípios prescritos nesta lei, acarretará, a aplicação, pela autoridade policial da Deam das sanções previstas no Decreto Federal nº 2998, de 23 de março de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 3.665, de 20 de novembro de 2000 (R-105), bem como a regular apreensão dos fogos de artifício.

§ 1º - Os fogos de artifício proibidos serão destruídos conforme preceitos e normas legais. Os permitidos, a critério da autoridade competente, uma vez regularizada a situação, poderão ser devolvidos ao infrator, desde que a devolução seja formalmente requerida no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da data de apreensão. O silêncio do infrator no prazo legal implicará na destruição do material apreendido.

§ 2º - Todas as medidas administrativas dispostas nesta lei serão aplicadas sem prejuízo de outras sanções, inclusive penais.

§ 3º - A pena de multa, a ser aplicada a critério da autoridade policial da Deam, variará de acordo com a gravidade do fato, nos valores de um (01) a vinte (20) salários mínimos, aplicada em dobro em caso de reincidência e assim sucessivamente.

§ 4º - As infrações às disposições desta lei serão apuradas em procedimento administrativo instaurado pela Deam, ou por outra autoridade, por delegação, sendo iniciado com a lavratura de Auto de Infração, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Seção XI

Disposições Finais e Transitórias

Art. 43 - Compete à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições - Deam, da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, a fiscalização regulada na presente lei.

Parágrafo Único - Nos municípios do interior, por ato delegatário, a fiscalização poderá ser efetuada pelas subdivisões Policiais e Delegacias Regionais sob orientação da Deam.

Art. 44 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, e havendo lacunas, aplicar-se-ão os preceitos do Decreto Federal nº 2998, de 23 de março de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 3.665, de 20 de novembro de 2000 (R-105).

Sala das Sessões, em 16.10.2001

(a) RICARDO CHAB

Apoioamento:

Miltinho Pupio, Luiz Carlos Martins, Algaci Tulio,
Tony Garcia e Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa regulamentar a instalação das fábricas de fogos de artifício, estabelecendo ainda, os locais apropriados para o comércio varejista, bem como o uso desses fogos em todo o Estado do Paraná.

É fato notório que os acidentes causados por fogos de artifícios são constantes, sendo muitas vezes ocasionados pela falta de fiscalização aos estabelecimentos que fabricam, armazenam ou vendem esses fogos.

A proposta irá contribuir para minimizar os acidentes ocorridos, trazendo segurança a toda a população, inclusive aos funcionários desses estabelecimentos.

Cabe ao Estado promover ações que visem a segurança e a proteção do cidadão.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüentemente aprovação a esta proposta de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 530/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 530/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, regulamenta a fiscalização, fabrico, comércio, transporte, depósito e uso de fogos de artifício no Estado do Paraná.

A matéria já é regulamentada pelo Decreto Federal nº 2998, de 23 de março de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 3665, de 20 de novembro de 2000, sendo os fogos de artifício produto controlado pelo Exército.

Segundo o Decreto nº 3665/2000 cabe ao exército fiscalizar o fabrico, comércio, transporte, depósito e uso de fogos de artifício, conforme artigos 8º e 9º, *in verbis*.

“Art. 8º - A classificação de um produto como controlado pelo Exército tem por premissa básica a existência de poder de destruição ou outra propriedade de risco que indique a necessidade de que o uso seja restrito a pessoas físicas e jurídicas legalmente habilitadas, capacitadas técnica, moral e psicologicamente, de modo a garantir a segurança da sociedade e do país”.

“Art. 9º - As atividades de fabricação, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, tráfego e comércio de produtos controlados, devem obedecer as seguintes exigências:

I - para a fabricação, o registro no Exército, que emitirá o competente Título de Registro- TR;

II - para a utilização industrial, em laboratórios, atividades esportivas, como objeto de coleção ou em pesquisa, registro no Exército mediante a emissão do Certificado de Registro- CR;

III - para a importação, o registro no Exército mediante a emissão de TR ou CR e da licença prévia de importação pelo Certificado Internacional de Importação - CII;

IV - para a exportação, o registro no Exército e licença prévia de exportação;

V - o desembaraço alfandegário será executado por agente da fiscalização militar do Exército;

VI - para o tráfego, autorização prévia por meio de GT ou porte de tráfego, conforme o caso; e

VII - para o comércio, o registro no Exército mediante a emissão do CR.

Parágrafo Único - Deverão ser atendidas, ainda, no transporte de produtos controlados, as exigências estabelecidas pela Marinha para o transporte marítimo, as estabelecidas pela Aeronáutica para o transporte aéreo e as exigências do Ministério dos Transportes para o transporte terrestre.

A matéria não é de competência exclusiva da União (artigo 22 da Constituição Federal), podendo existir legislação estadual a respeito, desde que esta não esteja em conflito com a legislação federal.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 530/2001

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Chab, tem por objetivo regulamentar a fiscalização, fabrico, comércio, transporte, depósito e uso de fogos de artifício no Estado do Paraná.

Fundamentação

Tal propositura já foi devidamente analisada sob o aspecto da sua legalidade e constitucionalidade pela Comissão de Constituição e Justiça. Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende o mérito do presente projeto que visa minimizar os acidentes causados por fogos de artifício por falta de fiscalização aos devidos estabelecimentos que vendem, fabricam ou armazenam o produto.

Conclusão

Pelo exposto, somos pelo parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.2002.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 530/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Chab, visa regulamentar a fiscalização, fabrico, comércio, transporte, depósito e uso de fogos de artifício no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Segurança Pública e Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.04.2002.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que permite o parcelamento de débitos de estadia de pátio e guincho aos veículos apreendidos no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/2002, de 09/04/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 202/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Marcos Isfer, tem por objetivo permitir o parcelamento de débitos de estadia de pátio e guincho aos veículos apreendidos no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 202/2002

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Marcos Isfer, o presente plano de lei permite aos proprietários de veículos apreendidos junto ao pátio do Detran, que estes possam parcelar débitos referentes às estadias naquele pátio, assim como, possam parcelar as dívidas decorrentes de guincho, para fins de liberação e legalização da situação documental e cadastral dos referidos veículos.

Fundamentação

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante à constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se pela constitucionalidade da matéria.

Conclusão

Assim sendo, no que compete a essa Comissão manifestar-se, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, opinamos pelo parecer

favorável, seguindo o posicionamento da Comissão de Constituição e Justiça na aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.2002.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Cristalino, localizada no Rio Barra Preta. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/2002, de 09/04/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 207/2002

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 207/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Cristalino, localizada no Rio Barra Preta, no município de Manoel Ribas.

Chamada esta Comissão a se manifestar, constatou-se que a matéria em tela, atende aos requisitos legais, não havendo óbice à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 207/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Cristalino, localizada no Rio Barra Preta, no município de Manoel Ribas.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado Orlando Pessuti, manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Esta Comissão de Finanças, chamada à manifestação de mérito consonante com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, emite parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.05.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 207/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada Cristalino, localizada no Rio Barra Preta.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a manifestar-se, e tendo em vista o relevante interesse da matéria, opinamos pelo parecer favorável à sua aprovação, prosseguindo assim sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

CLEITON KIELSE - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que acresce alínea ao inciso III, do Art. 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2002, de 13.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 315/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 315/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, acresce alínea ao inciso III, do artigo 14, da Lei nº 11.580, de 01 de novembro de 1996, passando para alíquota de 7% do ICMS para os alimentos que compõem a merenda escolar.

O projeto de lei é meritório e não apresenta óbices legais ou constitucionais posto que se encontra de acordo com o artigo 155, § 2º, inciso VII, alínea “b” da Constituição Federal que assim dispõe:

“Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços, transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que operações e as prestações se iniciem no exterior;

§ 2º - O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

VII - em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for o contribuinte dele”.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 25.06.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 315/2002

P A R E C E R :

O plano de lei em exame é de autoria do nobre senhor deputado Hermas Brandão, e objetiva acrescer alínea ao inciso III, do artigo 14, da Lei Estadual nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que disciplina normas relativas ao ICMS, impondo alíquota de 7% (sete por cento) para as operações com alimentos, quando destinados à merenda escolar, nas vendas internas órgãos da administração federal, estadual ou municipal.

No que concerne à análise desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação da proposta, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação finalística do douto Plenário desta Assembléia, cumprindo-nos a missão de louvar a iniciativa, conotando a importância, o alcance e mérito da questão.

Em sendo assim, manifestamos nosso parecer favorável à deliberação soberana do Plenário.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Conselheiro Mairink. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 078/2002, de 11.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 410/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe é de autoria do nobre senhor deputado Hermas Brandão, e objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Conselheiro Mairinck, a área de terras que especifica, medindo 3.400m² afim de manter abrigando a prefeitura Municipal daquela localidade e também o centro comunitário além de um barracão de geração de rendas, na forma em que especifica.

Procedida a análise da proposição, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a deliberação do douto Plenário desta Assembléia.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável opinando pela aprovação da Proposição.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 25.06.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1776, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para daqui a dez minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 042/2002 e 076/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de lei nºs 309, 530/2001, 202, 207, 315 e 410/2002.

Levanta-se a Sessão.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 018ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2002

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Annibelli.

Às dezesseis horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchini, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1778

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 25.06.2002

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1777

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.06.2002

(a) EDNO GUIMARÃES

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1778, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia, da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 042/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 242/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que institui o Programa de Incentivo ao Produtor de Algodão do Paraná- Paraná + Algodão, cria o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão - Fungodão e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 054/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 497/2001, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 242/2001, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Produção e à Industrialização do Algodão do Paraná- Proalpar, conforme especifica.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua inconstitucionalidade, porque fere os artigos 150, 155 e 167, da Carta Magna da Nação e, também, por desobedecer às Leis Complementares Federais nºs 24/75 e 101/2000. O adiante transcrito parecer da Secretaria de Estado da Fazenda, apresenta o necessário detalhamento quanto à impossibilidade de acolhimento à medida:

“Trata-se da análise do Projeto de Lei nº 242/2001, aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Produção e à Industrialização do Algodão do Paraná - Proalpar, vinculado à Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico- SEID, que tem por objetivo dinamizar o processo de industrialização do algodão produzido no Estado do Paraná, dentro dos padrões tecnológicos e ambientais de qualidade e de preservação, bem como estimular investimentos públicos e privados, oferecendo incentivos às indústrias regularmente cadastradas e credenciadas.

O artigo 3º de tal projeto dispõe que às indústrias que atenderem as condições estabelecidas será concedido um crédito fiscal relativo ao ICMS nos seguintes percentuais:

- a) na saída do produto da indústria de fiação e tecelagem, 80% do ICMS devido;
- b) na saída do produto da indústria de confecção, 75% do ICMS devido;
- c) na saída da pluma de algodão para outros Estados, 75% do ICMS devido.

O referido projeto está autorizando o Poder Executivo a conceder benefício fiscal relativamente ao ICMS, o qual somente pode ser outorgado por deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária- Confaz, de acordo

com o que dispõe o artigo 155, § 2º, inciso XII, alínea “g” da Constituição Federal vigente, *in verbis*.

Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 6º - Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, parágrafo 2º, XII, “g”.

.....

Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito federal instituir impostos sobre:

....

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

....

§ 2º - O imposto previsto no inciso II, atenderá ao seguinte:

.....

XII - cabe à lei complementar:

.....

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

O artigo 1º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, a que se refere o citado dispositivo constitucional, recepcionado que foi pelo artigo 34, parágrafo 8º do ADCT da CF/88, dispõe expressamente sobre o assunto:

Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal segundo esta lei.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução na base de cálculo;

II - à redução total ou parcial, direta ou indireta; condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta do respectivo ônus;

V - às prorrogações e às extensões das isenções vigentes nesta data.

Assim, de imediato se constata que tal projeto está eivado de inconstitucionalidade.

Além disso, se tal projeto for sancionado trará uma perda na arrecadação de aproximadamente R\$83 milhões de reais ao ano, segundo levantamento realizado pela Inspeção Geral de Arrecadação da Coordenação da Receita do Estado.

Não obstante a referida vedação constitucional, a sanção do projeto, ora em análise refletirá sensivelmente na arrecadação dos municípios, uma vez que a estes são repassados 25% da arrecadação do ICMS, conforme dispõe o artigo 158 da Carta Magna.

Art. 158 - Pertencem aos municípios:

....

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do Imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Por outro lado nada impede que seja incentivada a cultura com direcionamento de valores para este fim através da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ademais, o referido projeto poderia significar, indiretamente, vinculação da receita do ICMS antes que seja esse arrecadado e com isso estar-se-ia diminuindo valores que já são por lei vinculados a outras áreas, como saúde, segurança etc. Tal vinculação é vedada pela Constituição Federal, conforme dispõe o inciso IV do artigo 167, a seguir transcrito;

Art. 167 - São vedados:

(...)

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se refere os artigos 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo artigo 212 e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no artigo 165, parágrafo 8º.

Esclareça-se ainda que, doravante, qualquer concessão de benefício fiscal está atrelada à recente Lei Complementar nº 101/2000, que dispõe sobre as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Segundo estabelece o artigo 14 do referido diploma legal, abaixo reproduzido, a renúncia de receita deve estar acompanhada tanto da demonstração de que já foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, como das medidas de compensação:

Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra

renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput* por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

Como pode-se verificar não foi apontado no projeto nenhuma forma para compensar a perda na arrecadação por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou compensação.

Do exposto, visto que o projeto de lei causará uma perda considerável na arrecadação, que está eivado de inconstitucionalidade e fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, manifestamo-nos favoravelmente a sua sanção”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 242/2001, encontra-se publicado no DA nº 201/2001, de 13/12/2001, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO Nº 42/2002

P A R E C E R :

O Veto nº 42/2002 do Poder Executivo, foi apostado ao Projeto de Lei nº 242/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck.

Procedida a análise desta proposição, no que se refere ao prazo de apresentação e demais aspectos constitucionais, não encontramos óbice à normal tramitação do Veto nº 42/2002.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 076/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 094/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que determina abono de faltas a servidores que participam das manifestações que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 204/2002.

Curitiba, 15.05.2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 082/2002, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 094/2002, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o artigo 66, inciso II, da referida Carta Estadual.

Esse o motivo que me levou vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 094/2002 encontra-se publicado no DA nº 012/2002, de 06/03/2002).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 076/2002

P A R E C E R :

Analisando a Proposição nº 76/2002, veto aposto ao Projeto de Lei sob nº 94/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, esta Comissão de Constituição e Justiça comprovou que o mesmo foi efetuado dentro do prazo legal, estando portanto em condições de ser apreciado pelo douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

Solicito ao 1º secretário, deputado Edno Guimarães, a chamada nominal dos senhores deputados, e quero esclarecer aos parlamentares que vamos votar o veto do Item 01 que institui um Programa de Incentivo ao Produtor de Algodão do Paraná e o Item 02, projeto de minha autoria que determina o abono de faltas aos servidores que participaram de paralisações.

Os senhores parlamentares que votam pela derrubada dos vetos têm que usar a cédula “não” preta.

O SR DURVAL AMARAL **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, senhores deputados:

Tendo em vista que esse veto aposto procura, se for derrubado, abonar as faltas dos professores que por algum motivo estiveram envolvidos em paralisações, libero a Bancada para que possa votar pela derrubada do veto.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edno Guimarães)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados).

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito o deputado Orlando Pessuti, e o deputado Antônio Carlos Belinati, para escrutinarem os votos.

Quarenta e quatro senhores parlamentares votaram.

Pela manutenção do veto: 07 votos, um em branco e trinta e seis pela derrubada dos vetos. **Estão derrubados os vetos nas 242/2001 e 094/92.**

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, os professores agradecem a votação dos deputados pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que concede desconto de 50% (cinquenta por cento) em eventos culturais artísticos para doadores de sangue. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CCJ.

Com Emenda da Comissão de Constituição e Justiça. Vamos votar a Emenda da Comissão.

Em votação. Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que regulamenta a fiscalização, fabrico, comércio, transporte, depósito e uso de fogos de artifício no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP E CAIC.

O SR. EDSON STRAPASSON **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, este Projeto nº 530/2001, do deputado Ricardo Chab, estava, mas não recebeu parecer da Comissão de Obras. Então, como ele foi votado em 1ª Discussão e nós faremos a reunião amanhã, eu encareço

que ele cumpra o Regimento no sentido de tramitar na Comissão de Obras e Transporte.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu solicito, então, a V. Exa., nós vamos tirar da pauta de hoje, mas ficará incluído na pauta de amanhã.

Contamos com a colaboração para que ele volte amanhã.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/2002, de autoria do deputado, Marcos Isfer, que permite o parcelamento de débitos de estadia de pátio e guincho aos veículos apreendidos no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Cristalina, localizada no Rio Barra Preta. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que acresce alínea ao

inciso III, do artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Conselheiro Mairinck. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1777, de autoria do deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 26, logo após a Sessão Ordinária, com a Ordem do Dia a ser anunciada.

Levanta-se a Sessão.